

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Antônio Rodrigues de Oliveira

A FORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS DE DROGAS NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Artigo apresentado à Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador(a): Prof.(a) Maria Elena Iturriaga Goroso.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Antônio Rodrigues de Oliveira, acadêmico do Curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 113180029, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Formação sobre políticas de drogas na Polícia Militar do Distrito Federal, desenvolvido durante o período de 27 de fevereiro de 2026 a 13 de abril de 2026, sob a orientação de Maria Elena Iturriaga Goroso, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 13 de abril de 2026.

 Documento assinado digitalmente
ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Data: 12/04/2026 12:42:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ANTÔNIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

A FORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS DE DROGAS NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Antônio Rodrigues de Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo analisa a formação dos policiais militares do Distrito Federal (PMDF) acerca das políticas sobre drogas, em um cenário no qual a capital federal apresenta altas taxas de experimentação de entorpecentes entre jovens. Embora a corporação possua uma malha curricular alinhada aos direitos humanos, o problema central da pesquisa reside no fato de que a instrução específica sobre drogas ainda é abordada de maneira restrita ao prisma jurídico-penal e médico-legal, carecendo de um aprofundamento pedagógico, sociológico e de saúde pública. Diante disso, o objetivo é investigar a estrutura educacional dos cursos de formação da instituição, avaliando como essa lacuna científica impacta a eficácia do policiamento preventivo nas ruas e a saúde ocupacional da própria tropa. O método utilizado consistiu em uma pesquisa qualitativa, exploratório-descritiva, fundamentada em ampla revisão bibliográfica e análise documental de normativas internas, como o Plano Básico de Disciplinas (PLADIS) e Ementários, cruzados com dados estatísticos recentes. Os resultados esperados apontam que, a despeito dos notórios avanços institucionais, o aprimoramento multidisciplinar do ensino sobre drogas é indispensável. Conclui-se que integrar saberes da Criminologia, Psicologia e Saúde Pública à formação policial é o caminho para resguardar a sociedade e o próprio policial.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Policial. Políticas sobre drogas. Polícia Militar. Distrito Federal. Segurança Pública.

¹ Discente da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista. Orientador(a): Nome da Orientadora: Maria Elena Iturriaga Goroso.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública no Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, atravessa um período de aperfeiçoamento institucional focado na consolidação do Estado Democrático de Direito e na modernização das forças policiais frente à complexidade da criminalidade urbana (Brasil, 1988; Poncioni, 2012). Nesse cenário de evolução, a educação dos profissionais de segurança pública emerge como uma política de Estado para superar modelos reativos, capacitando o agente de segurança para um desempenho proativo, garantista e tecnicamente fundamentado na manutenção da ordem pública (Silva, 2024; Panatieri *apud* Silva, 2024). Para atingir esse patamar, as diretrizes federais, como a Matriz Curricular Nacional (MCN), preconizam que a formação policial deve inserir os direitos humanos e a mediação pacífica de conflitos em seus currículos (Brasil, 2014; Veiga; Souza, 2018).

No centro das discussões sobre segurança cidadã, a política de drogas e as metodologias adotadas pelas forças ostensivas para o seu controle assumem um protagonismo desafiador nas metrópoles. Historicamente, o modelo repressivo isolado tem se mostrado insuficiente para reduzir estruturalmente o consumo, exigindo das polícias modernas uma atuação fundamentada na prevenção e na inteligência estratégica (Lemgruber; Boiteux *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Zilli, 2018).

No Distrito Federal (DF), a relevância dessa reestruturação evidencia-se de forma contundente pelos índices demográficos recentes. Conforme atesta a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o DF possui a maior taxa do país de estudantes entre 13 e 17 anos que já experimentaram drogas ilícitas, o que exige das forças de segurança uma intervenção focada na resolução das causas primárias da violência (Nunes, 2026; Distrito Federal, 2021).

O papel institucional da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) encontra-se constitucionalmente ancorado no exercício da polícia ostensiva e na preservação ininterrupta da ordem pública, o que tem impulsionado a corporação a elaborar planos de ensino para capacitar seus militares (Brasil, 1988; Distrito Federal, 2021). Atendendo a essa exigência de modernização, os currículos oficiais da Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), como o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso de Formação de Praças (CFP), incorporando cargas horárias e disciplinas humanísticas fundamentais, a exemplo de "Criminologia Aplicada", "Polícia Comunitária" e "Direitos Humanos" (Distrito Federal, 2023; Distrito Federal, 2024). Essa base normativa curricular comprova o esforço da PMDF em alinhar a práxis policial à garantia de direitos e à excelência na prestação do serviço público (Viana, 2024; Lima et al., 2024).

Apesar dessa estrutura e do pioneirismo da grade educacional da instituição, constata-se, a partir da análise documental, que a instrução especificamente voltada às políticas sobre drogas ainda é abordada de maneira predominantemente jurídica e médico-legal (Distrito Federal, 2023; Queiroz; Werner; Costa, 2018). É exatamente nesse cenário de aprimoramento institucional contínuo que se estrutura o problema de pesquisa deste trabalho: de que modo a predominância do viés estritamente penal e forense no ensino sobre drogas nas academias da PMDF afeta a eficácia do policiamento preventivo nas ruas e a saúde ocupacional da própria tropa? A literatura adverte que restringir a compreensão do fenômeno das drogas aos códigos penais pode limitar a capacidade do agente em identificar as vulnerabilidades biopsicossociais do usuário, dificultando a implementação de redes de proteção comunitária (Poncioni, 2012; Muniz *apud* Veiga; Souza, 2018).

Diante dessa problemática, a hipótese central deste artigo postula que o ensino sobre drogas na PMDF necessita de um aprofundamento multidisciplinar que transcenda a esfera legal e integre efetivamente conhecimentos de Psicologia Social e Saúde Pública. O aprimoramento científico dessa temática na academia é capaz de fornecer ao policial maior autonomia intelectual para atuar na prevenção primária do uso de entorpecentes nas ruas, além de desmistificar a dependência química no interior dos quartéis, mitigando o adoecimento ocupacional e promovendo a saúde do próprio efetivo (Zilli, 2018; Souza *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018).

Para investigar essa dinâmica, estabelece-se como objetivo geral analisar a estrutura educacional dos cursos de formação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) no que tange às políticas sobre drogas, avaliando a atual centralidade do viés jurídico-penal e a viabilidade técnica de uma expansão multidisciplinar do tema. Nesse sentido, os objetivos específicos delineiam-se em: a) Descrever a realidade e os índices do consumo de drogas no Distrito Federal, evidenciando o papel da PMDF na prevenção; b) Mapear e detalhar a excelência e a estruturação da carga horária, duração e blocos de conhecimento dos cursos de formação (CFO e CFP) da corporação; c) Identificar, com base na literatura científica, os benefícios diretos do aprimoramento pedagógico e de saúde pública na instrução sobre drogas, tanto para o aprimoramento do policiamento comunitário quanto para a proteção da saúde mental dos trabalhadores policiais (Brasil, 2014; Viana, 2024).

A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter exploratório-descriptivo, modelo adequado para explorar os processos educacionais e institucionais, detalhando minuciosamente as características dos planos de ensino vigentes (Minayo; Deslandes *apud* Silva, 2024; Gil *apud* Silva, 2024).

A coleta de dados fundamentou-se em revisão bibliográfica e na análise documental de conteúdo das normativas abertas do Departamento de Educação e Cultura (DEC) da PMDF (como os Projetos Pedagógicos, PLADIS e Ementários do CFO e CFP), cruzando tais informações com estatísticas demográficas e com a literatura acadêmica aprovada, garantindo rigor na interpretação dos achados (Gomes et al. *apud* Silva, 2024; Distrito Federal, 2023).

Por fim, para melhor compreensão e fluidez da temática, o presente artigo encontra-se organizado em seções lógicas de desenvolvimento (Moretti, 2026). Após esta introdução, a Seção 2 apresenta a Fundamentação Teórica, abordando a realidade fática das drogas no DF e a análise dos avanços curriculares da formação policial diante do tema; a Seção 3 detalha a Metodologia utilizada no estudo; e, por fim, a Seção 5 expõe as Considerações Finais, apontando as limitações da pesquisa e sugerindo perspectivas futuras para a consolidação de uma polícia cada vez mais técnica, cidadã e preventiva (Poncioni, 2012; Queiroz; Werner; Costa, 2018).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A REALIDADE DAS DROGAS NO DISTRITO FEDERAL E O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR DO DF

A realidade do consumo de substâncias entorpecentes no Distrito Federal (DF) apresenta contornos desafiadores que exigem uma análise técnica das políticas de segurança pública locais. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o DF possui a maior taxa nacional de estudantes entre 13 e 17 anos que já experimentaram alguma droga ilícita, atingindo a marca de 12,2% (Nunes, 2026; Zilli, 2018). Embora esse índice represente uma sensível redução em relação aos 21% registrados em avaliações anteriores, a prevalência do uso recente de entorpecentes entre os jovens ainda é a segunda maior do país, o que evidencia a complexidade e a capilaridade do mercado ilícito no entorno do ambiente estudantil da capital federal (Nunes, 2026; Misse *apud* Zilli, 2018).

O reflexo direto desse consumo precoce incide fortemente sobre a sensação de segurança nas instituições de ensino, exigindo uma atuação estratégica das forças de Estado. Os dados indicam que grande parte dos diretores e responsáveis pelas escolas do DF percebem um alto grau de insegurança em seus estabelecimentos, muitas vezes agravado por vulnerabilidades familiares, como a falta de supervisão dos responsáveis nas rotinas dos jovens (Nunes, 2026; Lima; Nascimento, 2018). Diante desse cenário de desestruturação social, a presença da Polícia Militar no ambiente escolar e periférico torna-se uma demanda premente, exigindo que a instituição atue por meio de estratégias de prevenção primária e de educação social, equilibrando essas ações com o seu dever de pronta resposta (Lima; Nascimento, 2018; Poncioni, 2012).

Nesse contexto de prevenção e proteção, o papel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) ganha centralidade. A PMDF é definida legalmente como uma instituição permanente, fundamentada na hierarquia e na disciplina, cuja missão essencial é o exercício da polícia ostensiva e a preservação ininterrupta da ordem pública (Brasil, 1988; Distrito Federal, 2021). A preservação da ordem, segundo a doutrina consagrada nos manuais da corporação, comporta uma atuação proativa para manter a normalidade social e, quando estritamente necessário, o restabelecimento da ordem por meio de ações operacionais pautadas pelo uso diferenciado e proporcional da força (Distrito Federal, 2021; Brasil, 2014).

Para manter sua eficácia diante da complexidade do fenômeno das drogas, a PMDF tem investido na modernização de suas estratégias, incorporando a filosofia de Polícia Comunitária em sua prática diária. Essa estratégia organizacional baseia-se na premissa de que a polícia e a comunidade devem trabalhar de forma harmônica e integrada para identificar, priorizar e resolver problemas locais, como o uso de drogas ilícitas e a desordem urbana (Trojanowicz; Burqueroux *apud* Distrito Federal, 2021; Marcineiro *apud* Distrito Federal, 2021). A atuação orientada para a solução de problemas, consubstanciada no método IARA (Identificação, Análise, Resposta e Avaliação), permite que a corporação direcione seus esforços de prevenção primária diretamente sobre os fatores de risco que vulnerabilizam os jovens perante o tráfico (Distrito Federal, 2021; Castro; Santos, 2024).

Ademais, o enfrentamento do mercado ilícito de entorpecentes exige que as instituições de segurança pública superem os limites do patrulhamento tradicional, adotando ferramentas avançadas de gestão e controle. A literatura científica contemporânea demonstra que o combate a organizações criminosas sofisticadas demanda

a adoção do Policiamento Orientado pela Inteligência, o qual permite a análise profunda de dados criminais para a otimização dos recursos disponíveis e a desarticulação estratégica de redes de tráfico (Aguiar *apud* Picanço et al., 2026; Silva, 2024). A atividade de inteligência consolida-se, portanto, como um vetor para que a PMDF antecipe os movimentos do crime, proteja a juventude do Distrito Federal e consolide a segurança cidadã almejada pelas diretrizes nacionais (Picanço et al., 2026; Brasil, 2014).

É fundamental reconhecer, contudo, que a complexa realidade das drogas não afeta somente a sociedade civil, mas também gera impactos diretos na saúde ocupacional dos próprios profissionais de segurança pública. O exercício cotidiano do policiamento ostensivo exige o convívio ininterrupto com o risco de vida, o estresse crônico e a sobrecarga emocional, fatores que podem levar alguns agentes a enfrentarem quadros de exaustão e a buscarem válvulas de escape no consumo abusivo de álcool, medicamentos ou substâncias ilícitas (Souza *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Viana, 2024). Levantamentos acadêmicos indicam que o adoecimento psíquico vinculado ao rigor e às intempéries da profissão é uma questão de medicina laboral grave, revelando que o policial militar necessita de políticas robustas de saúde ocupacional e apoio psicológico contínuo para preservar sua integridade física e mental (Costa et al. *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Poncioni, 2012).

A necessidade de um olhar institucional voltado à saúde pública torna-se ainda mais evidente ao se analisar o rigoroso tratamento jurídico-penal dispensado ao policial militar envolvido com entorpecentes. Enquanto no meio civil a legislação evoluiu para abordagens terapêuticas ao usuário, o Código Penal Militar (CPM) mantém extrema severidade disciplinar, punindo o porte de drogas em área sob administração militar com a mesma gravidade legal aplicada aos crimes de tráfico (Brasil, 1969 *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Luz *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018).

Nesse sentido, as pesquisas acadêmicas sugerem que o aperfeiçoamento das abordagens institucionais frente ao militar acometido pela dependência química deve procurar conciliar o rigor disciplinar exigido pela farda com o amparo da ciência médica e da saúde pública. A aplicação de conhecimentos multidisciplinares no trato dessa questão permite que a corporação proteja o seu capital humano de maneira integral, evitando que o policial adoecido pelas cargas da profissão seja tratado sob a ótica punitiva e segregadora (Jesus *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Queiroz; Werner; Costa, 2018). Essa evolução no olhar representa um passo fundamental para o aprimoramento da governança e do bem-estar dentro das polícias militares modernas (Picanço et al., 2026; Silva, 2024).

Em síntese, a PMDF possui um papel importante na contenção do fenômeno das drogas no Distrito Federal, amparada em normativas e em um corpo profissional qualificado. O aperfeiçoamento contínuo das táticas de Policiamento Comunitário, aliado à integração de saberes de saúde pública para a sociedade e para a tropa, são caminhos naturais para elevar ainda mais a eficácia da instituição (Distrito Federal, 2021; Castro; Santos, 2024). Ao equilibrar a indispensável força operacional tática com a inteligência estratégica e o cuidado sociopsicológico, a Polícia Militar consolida diariamente a sua missão constitucional como uma autêntica agência de proteção cidadã e de promoção da paz social (Brasil, 1988; Poncioni, 2012).

3. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter exploratório-descritivo. A pesquisa qualitativa trabalha precipuamente com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e valores, revelando-se o método científico mais adequado para explorar a profundidade dos processos educacionais, das relações institucionais e da formação de identidades profissionais (Minayo; Deslandes *apud* Silva, 2024; Viana, 2024). A abordagem descritiva, por sua vez, permite o detalhamento das características de um fenômeno, viabilizando o exame minucioso de como os planos de ensino da corporação estão estruturados em face das complexas diretrizes nacionais de segurança cidadã (Gil *apud* Silva, 2024; Poncioni, 2012).

A coleta de dados foi integralmente fundamentada em fontes secundárias e documentais. A revisão bibliográfica apoiou-se em artigos científicos, teses e dissertações que versam sobre a modernização da educação policial militar, o policiamento orientado para a solução de problemas e as políticas sobre drogas (Veiga; Souza, 2018; Zilli, 2018). Para o levantamento desse referencial teórico, a busca foi delimitada ao período compreendido entre os anos de 2008 e 2026, garantindo a inclusão das normativas estruturantes e das discussões acadêmicas mais atualizadas. As buscas foram conduzidas nas seguintes bases de dados acadêmicas e governamentais: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico, além de repositórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Silva, 2024). Os descritores (palavras-

chave) eleitos para a busca, utilizados de forma isolada e combinada, foram: "formação policial", "polícia militar", "políticas sobre drogas", "polícia comunitária" e "segurança pública" (Viana, 2024; Veiga; Souza, 2018).

A coleta documental, de forma complementar, ocorreu mediante o acesso aos documentos abertos e normativos vigentes elaborados pelo Departamento de Educação e Cultura (DEC) da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf) e pelo Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP). Os documentos centrais selecionados para a fundamentação foram: o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Ciências Policiais (CFO) de 2023, o Plano Básico de Disciplinas (PLADIS) da 25ª Turma do CFO, o Plano de Curso do Curso de Formação de Praças (CFP XI) e o Ementário do CFP XI (2024) (Distrito Federal, 2023; Distrito Federal, 2024).

A metodologia de análise baseou-se na técnica de análise documental de conteúdo, na qual as informações textuais coletadas foram decompostas, categorizadas e interpretadas criticamente para buscar as relações de sentido entre a ementa oficial e as necessidades operacionais de rua apontadas na teoria (Gomes et al. *apud* Silva, 2024; Brasil, 2014). Os resultados encontrados ao longo da análise evidenciaram que, embora os documentos institucionais atestem a implementação de uma malha curricular de excelência e a inclusão robusta de disciplinas garantistas, a instrução sobre drogas ainda carece de um aprofundamento científico voltado à saúde pública e à compreensão sociológica do fenômeno (Queiroz; Werner; Costa, 2018; Viana, 2024).

4. RESULTADOS

Para compreender a dinâmica do ensino ofertado aos policiais do Distrito Federal, foi realizada uma análise da estruturação e da carga horária dos cursos de entrada da corporação: o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso de Formação de Praças (CFP). A estruturação desses cursos é essencial para traduzir a política institucional em competências operativas e atitudinais diárias.

O Curso Superior de Ciências Policiais, correspondente ao Curso de Formação de Oficiais (CFO), é gerido pelo Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP) da PMDF. O curso confere ao egresso o título de Bacharel em Ciências Policiais, possuindo um tempo mínimo de integralização de 3 (três) anos, ministrados em regime integral e de internato militar, totalizando uma expressiva carga horária de 4.185 horas/aula (Distrito Federal, 2023). A matriz curricular do CFO está dividida sistemicamente em seis áreas de abrangência (blocos de conhecimento): Direito, Gestão, Polícia Ostensiva, Práxis Militar, Suplementar e Transdisciplinar (Distrito Federal, 2023).

No âmbito da política sobre drogas e relacionamento comunitário, o CFO inclui em seu currículo formal disciplinas como Criminologia Aplicada I e II (60 horas-aula no total), Políticas de Segurança Pública (25 h/a) e Polícia Comunitária (40 h/a) (Distrito Federal, 2023). Contudo, a discrepância na valorização conteudista fica patente ao se observar o bloco de Práxis Militar e Polícia Ostensiva, no qual apenas o ciclo de "Armamento, Munição e Tiro" soma 270 horas-aula distribuídas ao longo dos três anos letivos, o que demonstra a forte inclinação institucional, traduzida em tempo de tela e instrução, para a ação para a ação operacional de alto risco e a autodefesa (Distrito Federal, 2023; Viana, 2024).

Por sua vez, o Curso de Formação de Praças (CFP), para os soldados do patrulhamento ostensivo diário, possui uma matriz curricular adaptada para uma formação mais exigua. A edição analisada (CFP XI - 2024) possui duração de sete meses e meio, totalizando uma carga horária que varia entre 1.300 e 1.400 horas-aula na grade regular (atingindo até 1.520 h/a a depender de complementações do Quadro), com execução predominantemente presencial (Distrito Federal, 2024).

Os blocos de conhecimento do CFP dividem-se em cinco eixos centrais: I - Conhecimentos Jurídicos; II - Polícia Ostensiva; III - Práxis Militar; IV - Suplementar; e V - Transdisciplinar (Distrito Federal, 2024). Dentro dessa estrutura, a ementa de disciplinas como "Violência, Crime e Controle Social" (20 h/a) e "Tópicos Jurídicos aplicados à Atividade Policial" (60 h/a) tem a árdua missão de incutir nos soldados, em um curto espaço de tempo, a compreensão sociológica e legal necessária para atuar preventivamente junto às populações vulneráveis e usuários de entorpecentes nas ruas (Distrito Federal, 2024).

Pois bem, analisadas as grades dos referidos cursos, ressalta-se que a educação dos profissionais de segurança pública no Brasil tem passado por significativas tentativas de modernização metodológica e conteudista nas últimas décadas, impulsionadas por diretrizes federais que visam alinhar a atuação policial aos preceitos do Estado Democrático de Direito. Um exemplo desse avanço é a Matriz Curricular Nacional (MCN), instituída pelo Ministério da Justiça, que orienta de forma taxativa que as ações formativas devem preparar os policiais para atuar na mediação e resolução pacífica de conflitos, na proteção irrestrita dos direitos humanos e no reconhecimento da diversidade ético-sociocultural (Brasil, 2014; Veiga; Souza, 2018).

Nesse cenário, a formação do policial militar busca transcender o paradigma focado na segurança e defesa do Estado para centralizar-se na segurança cidadã, exigindo que as academias incorporem conhecimentos complexos para o trato de questões sensíveis (Brasil, 2014; Poncioni, 2012). Ao se analisar o panorama educacional da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf), constata-se que a instituição possui uma grade curricular em conformidade com essas diretrizes integradoras nacionais.

A corporação estruturou cursos de formação de praças e de oficiais com disciplinas voltadas para a compreensão legal, técnica e humanizada do fenômeno criminal contemporâneo, estruturando uma malha educacional robusta e diversificada (Distrito Federal, 2023; Viana, 2024). A análise minuciosa do Plano Básico de Disciplinas (PLADIS) da 25ª Turma do Curso de Formação de Oficiais (CFO), por exemplo, revela uma expressiva carga horária de mais de 4.100 horas-aula ao longo de três anos, dividida em blocos de conhecimento que englobam desde o "Direito" e a "Gestão" até a "Polícia Ostensiva" e disciplinas de cunho "Transdisciplinar" (Distrito Federal, 2023; Lima et al., 2024).

De maneira análoga, o Ementário do Curso de Formação de Praças (CFP XI - 2024) atesta a modernização da base da corporação, prevendo em sua matriz disciplinas humanísticas como "Violência, Crime e Controle Social" (20 horas-aula) e "Fundamentos de Polícia Comunitária" (20 horas-aula), focadas na compreensão estrutural das teorias criminológicas e na prevenção primária da violência nas ruas do Distrito Federal (Distrito Federal, 2024; Poncioni, 2012). Esse arcabouço normativo curricular evidencia o compromisso da PMDF em alinhar a vida policial ao viés da cidadania e à garantia irrestrita de direitos, buscando promover a resolução pacífica de conflitos e a excelência na prestação de serviço (Viana, 2024; Distrito Federal, 2024).

Apesar dessa estrutura e da grade curricular existente, uma análise focada especificamente na temática das políticas sobre drogas revela que o ensino oferecido ainda demanda um aprofundamento pedagógico e científico mais holístico.

Nos documentos curriculares oficiais da PMDF, o tema das substâncias entorpecentes é abordado de maneira fragmentada e atrelado, geralmente, às disciplinas de natureza jurídica e médico-legal, como em "Legislação Especial" (onde se estuda a Lei nº 11.343/2006) e nos tópicos de "Toxicologia Forense" dentro da disciplina de Medicina Legal e Criminalística (Distrito Federal, 2023; Queiroz; Werner; Costa, 2018). Essa distribuição curricular demonstra que a compreensão do uso e tráfico de drogas é ministrada sob o prisma do direito penal, da repressão qualificada e da prova pericial, deixando uma lacuna no que tange à compreensão sociológica, psicológica e de saúde pública do fenômeno (Distrito Federal, 2023; Veiga; Souza, 2018).

A insuficiência de um ensino científico sobre drogas limita a capacidade de o policial atuar nas causas primárias que envolvem a dependência química e o mercado ilícito, uma vez que o currículo foca no efeito e na tipificação da conduta. A literatura adverte que o ensino do Direito Penal, quando ocupa um espaço desproporcional na formação policial em detrimento de uma abordagem científica e social interdisciplinar, pode contribuir para o reforço de uma visão estritamente criminalizante da ordem pública (Muniz *apud* Veiga; Souza, 2018; Poncioni, 2012).

Consequentemente, o policial recém-formado detém amplo conhecimento sobre como autuar um usuário ou traficante em flagrante delito, mas carece de subsídios teóricos e pedagógicos robustos para compreender as vulnerabilidades socioeconômicas que levam o jovem periférico ao consumo, o que dificulta a aplicação de um policiamento verdadeiramente preventivo (Muniz *apud* Veiga; Souza, 2018; Viana, 2024).

O aprimoramento dessa grade específica na PMDF é de vital importância para a sociedade do Distrito Federal, que confia à corporação o papel de primeira garantidora da paz social e do encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade. O policial militar, por estar diuturnamente nas ruas, atua na linha de frente no sistema de justiça criminal, necessitando de autonomia intelectual para, em frações de segundo, diferenciar a abordagem técnica direcionada a um criminoso violento daquela devida a um dependente químico em crise de saúde (Zilli, 2018; Rosa *apud* Viana, 2024). Sem um ensino científico sobre as nuances da dependência, redução de danos e políticas sociais, a intervenção estatal tende a recair quase sempre no uso instintivo da coerção, reduzindo a eficiência das ações integradas de cidadania preconizadas pelos próprios manuais da corporação (Zilli, 2018; Brasil, 2014).

Para que haja mudança real de comportamento e de resultados nas ruas, as pesquisas sobre educação policial indicam que não basta o treinamento operacional, sendo imprescindível desenvolver programas científicos e pedagógicos capazes de influenciar a compreensão estrutural do agente sobre os problemas da comunidade (Pinc *apud* Viana, 2024; Poncioni, 2012).

O aprimoramento do ensino sobre drogas na PMDF permitiria a transição definitiva de uma atuação reativa a incidentes para o paradigma do Policiamento Orientado para a Solução de Problemas, no qual a corporação utiliza a inteligência estratégica para atuar sobre os fatores de risco nos bairros escolares do DF,

atuando em rede com outros órgãos governamentais de saúde e assistência (Rolim *apud* Castro; Santos, 2024; Distrito Federal, 2021). Dessa forma, a modernização do trato pedagógico do tema drogas refletiria diretamente na redução das taxas de criminalidade associadas ao tráfico e na melhoria da sensação de segurança nas escolas locais (Kopittke *apud* Castro; Santos, 2024; Nunes, 2026).

Além dos evidentes benefícios estratégicos para a sociedade civil, o aprimoramento do ensino científico sobre drogas é importante para a preservação da saúde ocupacional da própria instituição policial militar. O exercício do policiamento ostensivo exige o convívio com o risco e a sobrecarga emocional, fatores que compõem um quadro de estresse capaz de impulsionar diversos agentes a buscarem válvulas de escape no consumo abusivo de álcool, ansiolíticos e substâncias ilícitas (Souza *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Costa et al. *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018). A inserção de disciplinas focadas na compreensão médica, psicológica e de saúde pública do adoecimento químico contribuiria para desmistificar o transtorno dentro da tropa, quebrando o estigma que muitas vezes impede o policial de buscar ajuda profissional a tempo (Souza *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Viana, 2024).

Atualmente, o déficit no entendimento científico da dependência química como uma doença reflete-se, inclusive, na dureza do tratamento jurídico-penal dispensado ao militar usuário. O Código Penal Militar pune o porte de drogas para consumo pessoal com extremo rigor, não admitindo a aplicação do princípio da insignificância e estabelecendo sanções de reclusão semelhantes às aplicadas ao traficante (Brasil, 1969 *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Luz *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018). Um ensino aprofundado nas academias que tratasse as políticas de drogas sob a óptica da saúde do trabalhador e da vulnerabilidade humana seria o primeiro passo para promover a humanização normativa, permitindo que a corporação protegesse melhor o seu próprio capital humano, que frequentemente adocece em razão da natureza de sua função (Jesus *apud* Queiroz; Werner; Costa, 2018; Queiroz; Werner; Costa, 2018).

Em suma, a Polícia Militar do Distrito Federal consolidou um modelo de ensino acadêmico e técnico qualificado, figurando como referência na formação de gestores de segurança pública (Distrito Federal, 2023; Poncioni, 2012). Contudo, o desafio contemporâneo reside em refinar esse currículo, elevando o estudo das políticas sobre drogas a um patamar multidisciplinar, que integre a Criminologia, a Psicologia Social, os Direitos Humanos e a Saúde Pública, em vez de restringi-lo aos códigos penais (Viana, 2024; Brasil, 2014). Ao investir nesse aprimoramento pedagógico e científico, a PMDF potencializará sua eficácia na desarticulação de redes criminosas com inteligência, reduzirá os danos sociais do uso de entorpecentes no DF e garantirá uma rede de proteção e valorização muito mais sólida para os homens e mulheres que envergam a sua farda (Lima et al., 2024; Queiroz; Werner; Costa, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou investigar a estrutura educacional dos cursos de formação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), avaliando de que modo a instituição prepara seus agentes para atuar frente ao complexo fenômeno das políticas sobre drogas. Partiu-se da premissa de que a capital federal enfrenta um cenário de alta vulnerabilidade, ostentando elevadas taxas nacionais de experimentação de substâncias ilícitas entre os jovens escolares (Nunes, 2026; Zilli, 2018).

Diante dessa realidade social desafiadora, exigiu-se repensar o modelo de segurança, evidenciando a necessidade de uma atuação pautada na prevenção primária e no policiamento comunitário voltado à solução de problemas (Trojanowicz e Burqueroux *apud* Distrito Federal, 2021; Poncioni, 2012). A constatação central da literatura é que a presença ostensiva isolada não soluciona a crise das drogas se desacompanhada de uma formação humanista e sociológica sólida (Veiga; Souza, 2018; Viana, 2024).

A análise documental minuciosa das normativas de ensino da corporação, notadamente o Plano Básico de Disciplinas (PLADIS) do CFO e o Ementário do CFP, demonstrou que a PMDF consolidou uma malha curricular de excelência, perfeitamente alinhada às modernas diretrizes da Matriz Curricular Nacional de segurança cidadã (Distrito Federal, 2023; Brasil, 2014). Constatou-se a louvável inclusão de disciplinas transversais, a exemplo de Direitos Humanos, Sociologia e Criminologia Aplicada (Distrito Federal, 2024; Lima et al., 2024).

Confirmou-se, contudo, a hipótese da pesquisa de que, no que tange à temática das drogas, o ensino ainda se concentra de forma insuficiente para formação biopsicossocial dos policiais e quase estrita nos vieses jurídico-penal e médico-legal, deixando uma lacuna no aprofundamento das dimensões de saúde pública, redução de danos e assistência psicossocial comunitária (Queiroz; Werner; Costa, 2018; Viana, 2024).

Ou seja, a insuficiência de uma abordagem multidisciplinar e científica sobre a dependência química na formação policial gera reflexos diretos na eficácia do patrulhamento ostensivo diário. A literatura adverte que o

ensino do Direito Penal, quando sobreposto isoladamente à compreensão social e médica do delito, pode limitar a capacidade analítica do agente de segurança (Muniz *apud* Veiga; Souza, 2018; Poncioni, 2012). Na prática das ruas, o policial militar necessita de autonomia intelectual e amparo científico para, no exercício de sua discricionariedade legal, diferenciar uma abordagem técnica dedicada a um criminoso violento de um atendimento a um usuário vulnerável em crise sanitária (Rosa *apud* Viana, 2024; Zilli, 2018). O aprimoramento pedagógico da temática das drogas é, portanto, essencial para que a polícia atue com eficiência na mediação preventiva de conflitos e não apenas na coerção reativa (Brasil, 2014; Silva, 2024).

É imperioso, no entanto, reconhecer as limitações metodológicas desta investigação científica, para que suas conclusões sejam dimensionadas adequadamente. Por tratar-se de um estudo de natureza qualitativa, com base eminentemente documental e em revisão bibliográfica, a pesquisa não realizou incursões empíricas de campo (Minayo; Deslandes *apud* Silva, 2024; Gil *apud* Silva, 2024). A ausência de aplicação de questionários ou entrevistas com os atuais cadetes, soldados, tutores ou gestores de ensino da PMDF restringe à avaliação aos dados formalmente prescritos nos planos oficiais e à literatura pregressa. Essa limitação impossibilita aferir com precisão como os alunos estão absorvendo empiricamente essas ementas e como estão transpondo o conhecimento penal para as dinâmicas sociais reais das ruas do Distrito Federal (Gomes et al. *apud* Silva, 2024; Pinc *apud* Viana, 2024).

Frente a esse panorama, como sugestões para estudos acadêmicos e práticas institucionais futuras, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas de avaliação no interior da Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), medindo de forma transversal a aplicabilidade prática dos conhecimentos sociológicos e de saúde pública nas abordagens policiais cotidianas (Lima et al., 2024; Nascimento; Cerqueira, 2015). Sugere-se, ainda, a adoção e o aprofundamento do modelo de Policiamento Orientado para a Solução de Problemas (Posp), inserindo efetivamente o policial como ator de uma rede integrada com os órgãos de assistência psicossocial do DF (Rolim *apud* Castro; Santos, 2024; Kopittke *apud* Castro; Santos, 2024).

Conclui-se que, ao refinar seu currículo e elevar o estudo das drogas a um patamar multidisciplinar e científico, a PMDF potencializará sua eficiência estratégica investigativa, consolidando-se não apenas como uma força de aplicação da lei, mas como uma instituição moderna, protetiva e genuinamente cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023**. Institui a lei orgânica nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14751.htm. Acesso em: 05 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

CARDOSO, Franciele Silva; FRATTARI, Najla Franco; PANATIER, Cristiane Bianco. Defesa social: entre o oficial e o oculto na formação policial. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, a. XXV, v. 29, n. 1, p. 55-70, jan./abr. 2020.

CASTRO, Francisco Xavier Medeiros de; SANTOS, Cerlene Sobrinho. O policiamento orientado para a solução de problemas como alternativa ao fenômeno da 'hipermilitarização' das guardas municipais. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, São Paulo, v. 7, n. 17, p. 68-81, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i17.223>. Acesso em: 05 abr. 2026.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Componentes Curriculares: Projeto Pedagógico do Curso Superior de Ciências Policiais (Curso de Formação de Oficiais)**. Brasília: Departamento de Educação e Cultura (DEC), Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), PMDF, 2023.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Curso de Formação de Oficiais: Plano Básico de Disciplinas (PLADIS) - 25ª Turma**. Brasília: Departamento de Educação e Cultura (DEC), PMDF, 2023.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Curso de Formação de Oficiais: Plano Básico de Disciplinas (PLADIS-BÁSICO)**. Brasília: Departamento de Educação e Cultura (DEC), PMDF, [202-?].

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos: Plano Básico de Disciplinas (PLADIS-BÁSICO CHOEM)**. Brasília: Departamento de Educação e Cultura (DEC), PMDF, 2023.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Ementário do Curso de Formação de Praças (CFP XI - 2024)**. Brasília: Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), PMDF, 2024.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Manual de Policiamento Ostensivo Geral**. Aprovado pela Portaria PMDF nº 1.231, de 27 de outubro de 2021. Brasília: PMDF, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Plano de Curso CFO II - 25ª Turma**. Brasília: Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), PMDF, 2022.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Plano de Curso CFO III - 25ª Turma**. Brasília: Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), PMDF, 2024.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Plano de Curso: Curso de Formação de Praças - CFP XI**. Brasília: Academia de Polícia Militar, Seção de Ensino, PMDF, 2024.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Projeto Pedagógico: Curso Superior de Ciências Policiais (Curso de Formação de Oficiais)**. Brasília: Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), PMDF, 2023.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Relatório Circunstanciado n.º 1/2024 - PMDF/DEC/APMB/ESFO/1ªCIA: Relatório por Término de Curso (RTC) da 25ª Turma do Curso de Formação de Oficiais**. Brasília: Academia de Polícia Militar, PMDF, 2024.

HAMADA, Hélio Hiroshi. **Ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais: análise do efeito-professor no curso técnico em segurança pública**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LIMA, Cyntia Magalhães; SILVA, Ethiene Schneidereit da; ALVES, Anderson Magnus da Silva. Representação da docência na formação policial militar: do currículo oculto agregado no ethos militar ao currículo programático tecnicista. **Cadernos da Fucamp**, v. 34, n. 10, p. 108-128, 2024.

LIMA, Maria Segunda Gomes de; BARROS, Flávia Leite do Rêgo; LIMA, Ronnei Prado; BORBA, João Victor do Rêgo Barros. Para além da violência: construindo um modelo de segurança pública baseado nos direitos humanos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 528-557, fev. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i2.18104>. Acesso em: 05 abr. 2026.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de; NASCIMENTO, João Marques do. Violência das/nas escolas e a ação da Polícia Militar: uma perspectiva de segurança pública com cidadania. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 5, n. 2, p. 275-288, 2018.

MORETTI, Isabella. Normas da ABNT 2026: Guia Completo com regras para TCC. **ViaCarreira**, 2026. Disponível em: <https://academico.viacarreira.com/normas-da-abnt/>. Acesso em: 05 abr. 2026.

NUNES, João Paulo. DF tem a maior taxa de estudantes que usaram drogas no país, diz IBGE. **Metrópoles**, Distrito Federal, 25 mar. 2026.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues de. **A formação sobre políticas de drogas na Polícia Militar do Distrito Federal**. 2026. Artigo (Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2026.

PICANÇO, Luhan Ammy Andrade; LOPES, Flávio Humberto Pascarelli; CAMPOS, Bruno Patrício de Azevedo;

MOTA, Leonardo de Oliveira; PEDROSO, Cristiano Meneghetti; AGUIAR, Denison Melo de. Segurança pública, racionalidade criminal e inércia institucional: uma análise multidimensional do crime urbano no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-16, mar. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24772>. Acesso em: 05 abr. 2026.

PONCIONI, Paula. Políticas públicas para a educação policial no Brasil: propostas e realizações. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 315-331, 2012.

QUEIROZ, Isaac Newton Lucena Fernandes de; WERNER, George Andrade; COSTA, Eduardo Tadeu Silva. Lei de Drogas, Código Penal Militar e o princípio insignificância: da necessidade da sanção à humanização da pena. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 208-220, fev./mar. 2018.

SILVA, Marcos Paulo Hiath da. **Segurança pública brasileira no contexto pós-1988: desafios da integração**. 2024. 73 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Normas para formatação do TCC da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas**. Juiz de Fora: UFJF, [202-?].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Sugestão de cronograma para planejamento da escrita (Trabalho de conclusão do curso - TCC)**. Juiz de Fora: UFJF, [202-?].

VEIGA, Celia Cristina Pereira da Silva; SOUZA, José dos Santos. A produção científica sobre formação dos policiais militares no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 50-70, fev./mar. 2018.

VIANA, Dênis Wellinton. **Educação policial militar: dimensões psicossociais na construção de práticas profissionais**. 2024. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

ZILLI, Luís Felipe. Mensurando a violência e o crime: potencialidades, vulnerabilidades e implicações para políticas de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 30-48, fev./mar. 2018.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Antônio Rodrigues de Oliveira, o autor do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **A FORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS DE DROGAS NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**, apresentado no âmbito da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), declaro(amos), para os devidos fins, que:

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas (ou não foram utilizadas) ferramentas de Inteligência Artificial, conforme descrito a seguir:

- Ferramenta(s) utilizada(s):
 - () Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.
 - (x) Houve utilização das seguintes ferramentas: Google Gemini, NotebookLm
- Finalidade(s) do uso (assinalar as opções aplicáveis):
 - () Exploração inicial de ideias
 - (x) Busca e/ou triagem de literatura
 - (x) Leitura assistida e/ou elaboração de resumos (com conferência humana)
 - (x) Revisão linguística e/ou apoio à normalização de referências
 - () Tradução técnica (com revisão humana)
 - (x) Geração de rascunhos ou sugestões iniciais de texto, posteriormente revisadas pelo(a) autor(a) ou pelos(as) autores(as)
 - (x) Organização ou estruturação do texto
 - () Apoio reprodutível à análise e/ou apresentação de dados (restrito à geração automatizada e reprodutível de tabelas, gráficos, figuras ou visualizações a partir de dados previamente analisados e interpretados pelo(a) autor(a) ou pelos(as) autores(as), sem substituição da análise científica humana)
 - () Programação (sugestão, depuração ou documentação de códigos)
 - () Transcrição (com anonimização): conversão literal, mediante autorização, de áudios ou vídeos em texto de entrevistas, aulas, reuniões ou palestras, com obrigatória revisão humana, anonimização e respeito aos direitos autorais, sendo vedada a identificação de voz ou outros dados biométricos
 - () Outros (especificar): _____

Declaro(amos) que a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial ocorreu exclusivamente como apoio, não substituindo a autoria intelectual humana. Todo o planejamento, a supervisão, a validação das informações, a interpretação dos dados e a redação final do trabalho são de inteira responsabilidade do(a) autor(a) ou dos(as) autores(as).

Declaro(amos), ainda, que o uso dessas ferramentas respeitou os princípios éticos da pesquisa acadêmica, não envolvendo práticas como plágio, fabricação ou manipulação de dados, nem qualquer procedimento que comprometa a integridade científica do trabalho.

Estou ciente(s) de que a omissão ou a prestação de informações incorretas poderá implicar as providências acadêmicas cabíveis, conforme as normas institucionais vigentes.

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA**
 Data: 12/04/2026 12:34:37-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) autor(a) (em caso de mais de um autor, assinatura de todos):

Juiz de Fora, 13 de abril de 2026.